

NOTAS E INFORMAÇÕES

A economia sob controle

Para extirpar o Estado, os bolchevistas fizeram da ditadura do proletariado o mais feroz sistema de repressão estatal conhecido no século 20. Vistas as coisas da perspectiva brasileira e *cum grano salis*, o governo do presidente Fernando Collor acabará construindo a economia mais controlada de que já se teve conhecimento no Brasil a fim de construir o que entende ser o liberalismo econômico. Para isso será preciso “modernizar as relações econômicas, que hoje são primitivas, um capitalismo rasteiro”. Tínhamos o capitalismo selvagem; tínhamos o capitalismo cartorial. Agora, nas palavras do secretário nacional de Economia, Edgard Pereira, temos o capitalismo rasteiro. Um aristocrata autêntico diria rastaquera — mas aí, no lugar de uma classificação supostamente sociológica, teríamos um insulto. O momento não é chegado para tanto. Para o Executivo, basta simplesmente lembrar aos empresários, à elite que o presidente eleito fez questão de desprezar, que, apesar de ser considerado neoliberal, o governo Fernando Collor não deixa de perseguir o sonho de muitos, de controlar a economia para que ela funcione de acordo com a lógica de quem detém as alavancas do poder e marche no caminho e ritmo que lhe será imposto.

No ano de 1991, os empresários terão saudades do binômio CIP-Sunab, porque além desses órgãos, que continuam existindo, deverão prestar contas à Secretaria Nacional de

Economia. Cabe reconhecer, ao fim e ao cabo, que não serão todos os empresários que terão de responder aos 248 itens que a Secretaria Nacional de Economia lhes vai empurrar goela abaixo por uma portaria. Liberalmente, o Executivo revogará a Portaria 137 do CIP, de 1980 (velha de dez anos!) que exigia que 1.420 empresas prestassem um sem-fim de informações que acabavam servindo para a fixação de preços. Essa portaria, sabe-se hoje, é tecnicamente mal-estruturada; a partir de 1991, haverá outra, que cuidará apenas de 764 empresas.

É preciso ver que 764 é o número inicial, pois cada uma dessas empresas selecionadas deverá fornecer a relação de seus dez maiores fornecedores e de seus dez maiores compradores. O universo da economia que assim estará à disposição do Executivo — a computação também serve para os Javerts da “Irmandade da Economia” — será imenso. Tão imenso quanto perigoso para quem cometer deslizes involuntários ou de má-fé no fornecimento das informações solicitadas; todos os dados pedidos (desde os que corriqueiramente constam de balanços até os que, a rigor, podem ser considerados sigilosos, pois constituem parte integrante do know how da empresa) serão cotejados com aqueles em poder da Comissão



de Valores Mobiliários, do IBGE, da Receita Federal e quantas instituições consomem não se sabe quantas horas-mês das empresas na elaboração e edição das informações pedidas.

Esse imenso controle que se exercerá sobre a economia — “informação é poder”, costumava-se dizer — tem um único e apenas um objetivo. Não se trata de forçar esta ou aquela empresa a fazer isto ou aquilo; simplesmente, de posse de todos es-

ses dados e partindo do princípio de que o Brasil é tocado por um capitalismo rasteiro (imagine-se como será o capitalismo das economias com PIB abaixo do brasileiro), o Executivo dirá aos empresários amigos, neutros ou adversários (como rezaria a antiga Lei de Segurança Nacional) que os preços que fixaram para seus produtos não correspondem à “lógica de funcionamento” de um capitalismo moderno. Moderno, porque construído com base na visão que, do sistema capitalista, têm os ditos neoliberais recém-vindos da vulgata do marxismo brasileiro tardio e reflexo. Pelos preços, controla-se tudo!

Os progressos sem fim da informática permitirão ao Executivo saber rapidamente como se comportam todas as empresas brasileiras, de capital nacional ou estrangeiro. Não só isso: os burocratas entrarão, em muitos casos, no se-

greto dos deuses e terão as empresas à sua mercê, forçando-as a submeter-se às forças caudinas ou a sofrer o vexame da visita da Velha Senhora, apoiada na Lei Delegada Nº 4 e na corte de fiscais da Receita e agentes da Polícia Federal. Assim será, porque assim já foi.

Há, entre os formadores da opinião pública, quem realmente acredite que o capitalismo brasileiro é rastaquera. Porque pensam assim, aplaudem o Executivo, que se excede no prazer de punir os que, segundo os “irmãos”, impediram a entrada do Brasil no clube seletos dos que decidem. Esses, que assim pensam e de fato são liberais e supõem que o governo Fernando Collor também o é, deveriam atentar para as lições da História e ver aonde conduz um sistema intervencionista que, a pretexto de refundir a lógica de um sistema econômico, o enquadra em normas, leis, decretos, portarias e instruções normativas contrárias à lógica interna do sistema — que é a liberdade de fixação de preço e o segredo industrial.

Enfim, como a temporada de caça aos empresários foi inaugurada em 15 de março pela “Irmandade da Economia”, a pretexto de acabar com os “cartórios”, nada a estranhar que se institucionalize e permaneça por mil anos, que deve ser um bom número para a duração sonhada pelos que dirigem o regime autoritário que aos trancos e barrancos se vai estabelecendo no Brasil a pretexto de salvar o liberalismo econômico!